

HISTÓRIA E FICÇÃO: *MIMÉISIS* COMO JOGO DE ESPELHOS NAS AULAS DE LITERATURA

Leandro Rocha Resende

Mestrado em Letras pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás

leandrocharesende@gmail.com

RESUMO: Observando o cenário da educação atual e da, ainda precária, ausência de posicionamento crítico da maioria dos alunos, este artigo discute que a perspectiva metodológica no ensino de literatura deve ter relação íntima com o discurso histórico. Do diálogo existente entre o texto historiográfico e o texto literário, é necessário analisar a importância da língua enquanto meio de comunicação e relacionamento entre os grupos sociais, bem como enquanto reflexos na constituição da linguagem. Dessa forma, a reflexão sobre a existência de “fronteiras” entre história e literatura abre a possibilidade de se trazer ao debate o pensamento bakhtiniano. Além disso, o conceito teorizado por Luiz Costa Lima sobre a noção de memorialismo e *miméisis* é defendido aqui como proposta adequada para o ensino da literatura.

Palavras-chave: Ensino. Literatura. História. *Miméisis*. Discurso.

ABSTRACT: Looking at the current educational scenario and the still precarious lack of critical positioning of most students, this article argues that the methodological perspective in literature teaching should have an intimate relationship with historical discourse. From the dialogue between the historical text and the literary text, it is necessary to analyze the importance of language as a means of communication and relationship between social groups, as well as reflections in the constitution of language. In this way, reflection on the existence of "frontiers" between history and literature opens the possibility of bringing Bakhtin's thinking to the debate. Moreover, the concept theorized by Luiz Costa Lima on the notion of memorialism and mimeses is defended here as an adequate proposal for the teaching of literature.

Keywords: Teaching. Literature. History. Mimeses. Discourse.

Considerações iniciais

A partir dos anos sessenta do século passado, os debates que envolveram literatura - história e sua relação como o ensino e o texto literário passaram a ser eixo de grandes discussões dentro da linguística e das Ciências Sociais. Teóricos como Michel de Certeau (1986) e Hayden White (2001) estão no centro de um impasse que visa problematizar a escrita da história e sua diferença em relação ao texto literário. Na tentativa de diferenciar a natureza do texto histórico do texto literário, é comum, de acordo com Albuquerque Junior, encontrar

Building the way

afirmativas como: “Aos historiadores caberia à abordagem dos fatos e só aos escritores seria permitida a ficção, entendida como invenção dos eventos que narra” (2007, p. 44).

Sobre esse debate, Albuquerque Junior (2007), na condição de historiador, posiciona-se argumentando que não é preciso ter medo e nem fazer da literatura um outro lado. E, esclarece que talvez esse receio seja pela problematização que, em tese, a literatura proporciona quando busca uma profundidade psicológica dos personagens que consegue imaginar. Logo, esse historiador defende que na relação entre história e literatura não será preciso pensar um contra o outro, e sim um com o outro na perspectiva íntima da aproximação do aluno com o conhecimento.

Mas o que separaria a literatura da história? Apenas a questão de gênero discursivo? Infere-se que não. A literatura tem sido usada por historiadores comumente como fonte, e, como tal, tomam-na a partir de uma série de cuidados metodológicos com o objetivo de submetê-la ao “poder” da construção histórica. Essa submissão da literatura encontra justificativa no campo histórico a partir da noção de objetividade que os historiadores advogam como própria do seu “fazer história”. Entretanto, a objetividade do discurso histórico tem sido motivo de debates constantes encabeçados por Hayden White, quando esse teoriza acerca da impossibilidade de imparcialidade do discurso histórico. Nas palavras desse autor,

A maioria dos historiadores do século XIX não compreendiam que, quando se trata de lidar com fatos passados, a consideração básica para aquele que tenta representá-los fielmente são as noções que ele leva às suas representações das maneiras pelas quais as partes se relacionam com o todo que elas abrangem. Não compreendiam que os fatos não falam por si mesmos, mas que o historiador fala por eles, falam em nome deles, e molda os fragmentos do passado num todo cuja integridade é – na sua representação – puramente discursiva. [...] Os historiadores devem utilizar exatamente as mesmas estratégias tropológicas, as mesmas modalidades de representação das relações em palavras, que o poeta ou o romancista utiliza. (WHITE, 2001, p. 141).

Seguindo esse raciocínio, a reflexão sobre a existência de “fronteiras” entre história e literatura abre a possibilidade de se trazer ao debate o pensamento bakhtiniano para abordar a questão do gênero discursivo que compõe o texto histórico e sua proximidade com o gênero literário. Bakhtin, em *Estética da criação verbal* (2003), teoriza e defende a ideia da interdiscursividade e a atitude dialógica que perpassa todo e qualquer texto. Conforme esse autor, os textos são partes de uma corrente infindável, que é anterior ao que foi produzido, ao mesmo tempo em que vai além do que está escrito; um texto não termina quando nele se

Building the way

coloca um ponto final. Se os textos dialogam entre si, então, esses estão carregados de vozes e de valores adotados e repassados por quem os produzem.

Da relação existente entre o ensino da disciplina de Língua Portuguesa, texto histórico e o texto literário, é preciso analisar a importância da língua enquanto meio de comunicação e relacionamento entre os grupos sociais, bem como enquanto reflexos na constituição da linguagem. Assim, a linguagem discursiva deve ser vista como um tipo persistente de criação e recriação, possibilitando ao aluno, uma reflexão crítica /subversiva do fato. Logo, os usos práticos da linguagem discursiva, numa acepção atualizada, podem se constituir fonte linguística e histórica desde que resguardadas suas especificidades.

Para Bakhtin, a literatura deve caminhar ao lado da história numa vinculação bem estreita, pois só assim é possível compreendê-la. Os estudos literários dos últimos anos buscam garantir a junção literária-histórica e, assim, compreender o fato literário “dentro de sua totalidade da cultura de uma época”, e, ainda afirma que desde o início da sua longa existência, este gênero “acumula as formas de uma visão do mundo e de um pensamento” (BAKHTIN, 1990, p. 362). Contudo, cabe destacar que, embora se admita que a literatura, enquanto arte, seja um fenômeno socialmente construído e, por isto, expresse os valores culturais de uma época, ela será aqui tratada, assim como a história, do lugar da produção de representações coletivas que podem possibilitar um aprendizado para além do pensamento técnico e mecânico.

A perspectiva do ensino de Língua Portuguesa, no viés de desenvolvimento da competência comunicativa, atrelado a uma referencialidade histórica, traz à tona conceitos cruciais que serão aqui discutidos. Dentre esses conceitos, discutir-se-á, especialmente, *mimésis* e a relação que esse mantém com os estudos culturais, a literatura, o discurso e a ficção. Entretanto, antes de tratar do conceito mimético e sua relação com o ensino, será discutido a noção de memorialismo, conceito teorizado por Luiz Costa Lima (1991), no qual o autor o relaciona com o sujeito ficcional-*persona*, entendido aqui neste debate como sujeito discursivo¹.

1- O Discurso Literário e o Memorialismo

1 Resultado da relação com a linguagem e a história, o sujeito do discurso não é totalmente livre, nem totalmente determinado por mecanismos exteriores. O sujeito é constituído a partir da relação com outro, nunca sendo fonte única do sentido, tampouco elemento onde se origina o discurso. Como diz Leandro Ferreira (2000), ele estabelece a relação ativa no interior de uma dada FD; assim como é determinado, ele também a afeta e determina em sua prática discursiva. Assim, a incompletude é uma propriedade do sujeito e afirmação de sua identidade resultará da constante necessidade de completude. (GLOSSÁRIO DE TEMOS DO DISCURSO)

Building the way

Em sua obra *Pensando nos Trópicos* (1991, p. 53), Luiz Costa Lima define memorialismo como sendo “uma ficção naturalizada, isto é, uma ficção (sobre a própria vida) que, entretanto, se entende como registro da verdade”. Ao compor sua definição de memorialismo, o autor em questão considera-o um produto direto e imediato da ótica da *persona*. Essa, entendida na relação com a noção do exercício de papéis. Para esse autor, todos os homens constroem suas *personas*, que assumem diferentes papéis conforme as diferentes circunstâncias que se apresentam na vida. Afirma, ainda, que o contato com o mundo se dá por intermédio da *persona* ou mesmo do papel que exerce. Em razão disso, o contato com esse mundo passa a ter um sentido exclusivo.

A discussão em torno do memorialismo e as suas relações com a *persona* e a ficção interessam a esse trabalho na medida em que abre a possibilidade de se pensar nas metodologias de ensino do texto literário e o modo como o autor espera ser lido, ou melhor, como esse se revela em seu relato - isto é, que *persona* ou mesmo que papel adota perante o leitor. A partir desse debate, é necessário pensar que a leitura/literatura deve ser problematizada na perspectiva intertextual e interdiscursiva, pois, quando o professor conduz a obra literária, estabelecendo esse diálogo, espera-se que o aluno comece a desvendar a intenções do escritor e as intenções da construção da narrativa.

No concernente à relação entre memorialismo e produção literária, de acordo com Luiz Costa Lima (1991), desde que o romantismo foi o único movimento literário que tocou a sensibilidade nacional, ao mesmo tempo em que constituiu como legado o “pouco texto e muita vinheta” – no sentido irônico atribuído por Machado de Assis –, a preferência do público fez com que o interesse atual pelo memorialismo estivesse em articulação mais do que natural com o ficcional. E foi isso, de acordo com Costa Lima, a explicação para o crescente interesse teórico em torno da memória no campo da análise literária.

Seria oportuno frisar que a maioria dos analistas tende, hoje, a afirmar que o ficcional tem marcas próprias, constitutivas de um território específico e não se confunde com o documento. Para além disso, admite-se aqui que o memorialismo absorve o documento e o transfigura no ficcional. Nesse processo de absorção, o memorialismo elabora como produto uma representação que, mesmo forjada a partir do vestígio de uma experiência dada no passado, não guarda consigo o comprometimento com a realidade e nem mesmo a pretensão com uma suposta existência da verdade.

Building the way

Mas, qual é o lugar que o documento assume na construção narrativa da história? A história é tida como construção em decorrência da mesma lidar com um limite: o de não ser possível retomar/recuperar o passado tal qual ele se deu. O historiador lida, a partir dos documentos (escritos, orais, materiais...), com os vestígios do passado que se quer construir, cabendo, assim, ao historiador, a tarefa de criar, por meio da narrativa, elos que possam ligar esses vestígios que, a princípio, encontram-se desconectados. É essa construção que dá sentido à narrativa de extração histórica². Ao historiador, cabe a tarefa da construção de um acontecimento. Michel de Certeau, ao tratar a relação entre o acontecimento e o fato, diz:

[...] o acontecimento é aquele que recorta, para que haja inteligibilidade; o fato histórico é aquele que preenche para que haja enunciados de sentido. O primeiro condiciona a organização do discurso; o segundo fornece os significantes, destinados a formar, de maneira narrativa, uma série de elementos significativos. Em suma, o primeiro articula, e o segundo soletra. Efetivamente, o que é um acontecimento senão aquilo que é preciso supor para que a organização dos documentos seja possível? Ele é o meio pelo qual se passa da desordem à ordem. Ele não explica, permite uma inteligibilidade. É o postulado e o ponto de partida – mas também o ponto cego – da compreensão. (CERTEAU, 1986, p. 103).

Pode-se dizer então que a construção da narrativa histórica guarda elementos da ficcionalidade no ato da construção de sentido. Claro é que essa ficcionalidade ocorre limitada pelo método histórico que obriga o historiador a comprometer-se com o desejo da *verdade*.

Todavia, o intento deste artigo é mostrar que as metodologias de ensino, que usufruam do texto literário, (seja ele um romance histórico, um simples conto ou até mesmo uma narrativa de extração histórica), promovam a inter-relação do documento e a memória sob uma perspectiva interdiscursiva. Dentro desse quadro, Luiz Costa Lima afirma que:

[...] quer a ficção, quer a memória remetem a um agente que, na maioria dos casos, lhes empresta o seu nome de batismo. Mas que significa aponer seu nome a uma memória? Evita-se todo complicador: o nome dado não é um pseudônimo, as memórias não são intencionalmente falsas ou não pretendem ser um romance. Ao contrário, o nome do autor é real, que nos conta como pensa ter vivido o que relata. Neste caso assim direto, o que faria o memorialista seria comparável ao que teria

2 Em sentido amplo, a narrativa de extração histórica pode ser tomada dentro da relativização do limites rígidos entre história e ficção. Com fatores determinadas na construção dessa tendência de relativização, pode-se apontar a forte influência recíproca e a grande permuta de procedimentos e processos discursivos entre a narrativa histórica e a narrativa ficcional, aliadas ambas às alterações conceituais que se processam no interior de cada uma delas. (TROUCHE, 2006, p. 33). Algumas narrativas que começam a surgir nos anos 70 utilizam o histórico como intertexto. Em conexão com a tendência desconstrutivista, essas narrativas expressam nova concepção de histórica e nova concepção de discurso, questionando, assim, a base em que se fundava o próprio instrumento de construção de verdade: a representação. Para Trouche (2006, p. 41), "questionar a representação, ou seja, questionar a capacidade de conhecer o passado e representá-lo por meio da linguagem leva [...] à quebra do pacto de verossimilhança no campo do ficcional. A trajetória entre estas duas concepções é a que vai do romance histórico à metaficção historiográfica."

Building the way

feito caso optasse por um romance ou um poema? Do ponto de vista *expressivo*, legitimado pela difusão do pensamento romântico, é claro que sim. Ainda em livro recente, de um autor de qualidade, essa presença romântica não deixa de ser reiterada. (1991, p. 41).

Nesse sentido, o que a reflexão proposta por Costa Lima (1991) permite construir como inferência neste trabalho é que: mesmo que obra literária seja narrada a partir de uma gama de documentos de um referencial historiográfico, essa obra, através de um sujeito discursivo, recebe um estatuto que a caracteriza na época moderna, sendo ela um testemunho de uma *experiência interior*. O discurso literário, então, obrigatoriamente recorre-se ao memorialismo, que não significa o recorte de um período, mas sim uma absorção de um fato que fora discursivizado através de uma narrativa. Sendo assim, o ensino de literatura nessa perspectiva, possibilitará ao aluno uma reflexão crítica sobre o texto/fato e a construção de valores que transcendem a ideia de apenas entender a obra.

É evidente que através da escolha de um determinado gênero, a linguagem receberá um tratamento diferenciado - ser mais contida, ser mais derramada, mais livre, mais formal, mais inventiva ou mais descritiva. Isso não interferirá e não perturbará a identidade da fonte, pois o escritor opta por um gênero e ali desenvolve seus recursos linguísticos na maneira que lhe for conveniente, utilizando de discursos que certamente são frutos de regras básicas da narrativa, incorporado ao memorialismo.

O memorialismo é um “teatro mental”, que, nesse sentido, “as memórias explícitas e implícitas de um autor são preciosas para o exame de sua recepção: elas preparam o retrato que o autor promove para adoção do público.” (LIMA, 1991, p. 53). Dessa forma, para entender como o escritor se relaciona com a realidade presente no discurso usado no texto literário e também como este discurso ficcional se apresenta ao afirmar que a voz vem de um quadro memorialista, faz-se necessário estabelecer uma conexão direta com a história, a sociedade, a política e a língua.

Entende-se também que o discurso do sujeito-escritor está transvestido na ficção, e, por isso, é preciso que fique claro que o ficcional se encontra com a verdade à medida que a ficção questiona as práticas da verdade instituídas pelos discursos historiográficos. Acredita-se que o ficcional não tem como horizonte a verdade, pois seu trabalho não é justificado pela reiteração ou revelação de verdades novas. Significará isso dizer que o ficcional abole a questão da verdade? Costa Lima afirma que não, e ainda argumenta:

Building the way

[...] O operador destes, o conceito, tem por certo uma função crítica, auxiliar se sua “vocação” em seu limite, estabelecer outra concepção e outra forma de atuação sobre o mundo. Não dispondo de operadores potencialmente transformadores, o “correlato objetivo” tem por limite a impossibilidade de propor outra verdade; mesmo que seja esta a mais rotineira - o texto ficcional não nos ensina outras e melhores maneiras de convivência. Em troca, porém, este é também seu mérito: nunca operacionalizador, o texto ficcional só cumpre sua “vocação” quando é potencialmente crítico. Diríamos mesmo: sua possibilidade de ser decorativo só cessa quando sua criticidade é atualizada (LIMA, 1991, p. 51).

Dessa forma, percebe-se que a vantagem do texto ficcional se vale pela proximidade que tem com experiências do dia a dia, pois seu compromisso com a verdade se vale não pelo estabelecimento como horizonte, mas sim quando o mesmo se reencontra em forma de questão. É a vida da *persona*, do sujeito discursivo, que faz essa inferência extremamente necessária pelo estabelecimento de hipóteses e formulações de questões.

O sujeito-narrador³ torna-se o sujeito discursivo que entra nesse jogo de formulações e hipóteses e esse observa não a peculiaridade da obra, mas propõe um distanciamento que todo o ficcional supõe. Assim, o ficcional encontra-se com a verdade à medida que questiona as práticas da verdade, pois, o ficcionista, assumindo a condição de *persona*, sujeito discursivo, não pode dispor senão da distância relativa em que monta o “correlato objetivo”; ele não conta senão com sua capacidade de perspectivar formações discursivas⁴ que permeiam o contexto da obra, pondo em questão o que era habitual e dizível.

Nessa condição, a elaboração de uma narrativa não foge à regra de determinadas escolhas discursivas. A concepção bakhtiniana de não existir nenhum discurso adâmico é extremamente necessária quando o professor elabora suas aulas de literatura. Para Bakthin (2003), a justificativa por não existir nenhum discurso unívoco, isto é, um discurso que não tenha uma única origem, se dá pela concepção ideológica, que por imposição ou outro motivo qualquer, o discurso não pôde ser reproduzido, ou no caso da literatura, representado.

O falante não é um Adão, e por isso o próprio objeto do seu discurso se torna inevitavelmente um palco de encontro com opiniões de interlocutores imediatos (na

3 Entendido nesse contexto com autor, mas um autor-escritor que está inserido com sujeito discursivo.

4 Uma formação discursiva caracteriza-se pela existência de um conjunto semelhante de objetos e enunciados que os descrevem pela possibilidade de explicitar como cada objeto do discurso tem, nela, o seu lugar e sua regra de aparição, e como as estratégias que a engendram derivam de um mesmo jogo de revelações. Trata-se, como observa Robin (1973), de compreender as condições de possibilidade do discurso, como um dizer tem espaço em um lugar e em uma época específica. Uma formação discursiva resulta de um campo de configurações que coloca em emergência os dizeres e os sujeitos socialmente organizados em um momento histórico específico. Porém uma formação discursiva não se limita em uma época apenas: sem seu interior, encontramos elementos que tiveram existência em diferentes espaços sociais, em outros momentos históricos, mas que se fazem presentes sob novas condições de produção, integrando novo contexto histórico, e, conseqüentemente, possibilitando outros efeitos de sentido (FERNANDES, 2005).

Building the way

conversa ou na discussão sobre algum acontecimento do dia-a-dia) ou com pontos de vista, visões de mundo, correntes, teorias, etc. (no campo da comunicação cultural) (BAKHTIN, 2003, p. 300).

A origem do discurso acontece antes de qualquer interlocução, por isso, já se encontra a exterioridade que produz o sujeito no discurso. Seja sobre ótica da *persona*, como afirma Costa Lima (1991), seja sobre a ótica do sujeito, como afirma Pêcheux (1997), os discursos se manifestam como produtos diretos e imediatos através do memorialismo. Sendo ele, o intercâmbio direto na construção de uma ficção naturalizada.

A língua na narrativa tem sua materialidade específica. Ela não é transparente e o sujeito discursivo utiliza-se de determinados recursos para conseguir seu intuito, pois, tanto ele como os discursos, são heterogêneos⁵ em sua essência. Dessa forma, de acordo com Santos (2007), não existe um discurso único, dotado de objetividade e neutralidade, o narrador se constitui quando se submete e se assujeita⁶ aos mecanismos e técnicas de determinação e produção de verdade, do dizível e do não dizível na formação discursiva literária.

Por esse processo de assujeitamento, de inscrição num já-dito, num jogo memorialista, é autorizada a fala a partir da posição de narrador. Segundo Orlandi (2001, p. 30), “[...] há sempre exterioridade constitutiva: o interdiscurso, a memória, um ‘já-dito’ anterior à existência de qualquer dizer”. Nesse sentido, fica evidente a necessidade de metodologias nas aulas de literatura que construam um diagnóstico sobre a discursividade na obra e a intencionalidade do autor. Isto é, a relação do ensino precisa compreender que o sujeito-narrador não é um ser individualizado, sozinho no espaço. O sujeito-narrador é discursivo e é um ser social que sofre influências externas.

Logo, para podermos analisar e recortar a obra a fim de compreender esse sujeito discursivo e os efeitos de sentido, é necessário “compreender quais são as vozes sociais que se fazem presente em sua voz” (FERNANDES, 2005, p. 35). Pois, o escritor é um sujeito

5 A noção de heterogeneidade, conforme propõe Jacqueline Authier-Revuz, é subdividida em duas formas. Temos a heterogeneidade constitutiva como condição de existência dos discursos e dos sujeitos, uma vez que todo discurso resulta do entrelaçamento de diferentes discursos dispersos no meio social. O sujeito constitui-se pela interação social estabelecida com diferentes sujeitos. A segunda forma de heterogeneidade é a mostrada. Nesse caso, a voz do outro apresenta-se de forma explícita no discurso do sujeito e pode ser identificada na materialidade linguística (FERNANDES, 2005, p. 38).

6 Movimento de interpelação dos indivíduos por uma ideologia, condição necessária para que o indivíduo torne-se sujeito de seu discurso, ao, livremente, submeter-se às condições de produção impostas pela ordem superior estabelecida, embora tenha a ilusão de autonomia. Para Altheusser, os indivíduos vivem na ideologia, não havendo, portanto, uma separação entre a existência da ideologia e a interpelação do sujeito por ela, o que ocorre é um movimento de dupla constituição: se o sujeito só se constitui através do assujeitamento é pelo sujeito que a ideologia torna-se possível, já que, ao entendê-la como prática significativa concebe-se a ideologia como a relação entre sujeito, língua e história na produção dos sentidos (ORLANDI, 1994).

Building the way

heterogêneo e se constitui a partir do entrecruzamento de outros discursos que se opõem, se negam e se contradizem, e, por meio de metodologias que favoreçam a relação do discurso literário e a historiografia, as portas do pensamento crítico e reflexivo estarão abertas.

2- ***Mimésis*: jogo de espelhos**

É possível pensar na obra literária como um possível reflexo da realidade? Ou uma relação direta com a palavra espelho, sendo ela, uma metáfora dos conceitos de imitação e de *mimésis*? Nesse caso, será preciso pensar em um dos questionamentos mais antigos quando é proposta uma análise sob a relação da obra com o real ou, mais propriamente, com o conceito de real.

A relação entre mundo ficcional e mundo empírico na literatura é um tema que ainda merece muitas discussões, pois a crítica literária parece ascender a ideia da literatura como “transparência” da realidade extratextual. Ao dizer que a literatura “reproduz” a realidade, não se pode pensar apenas que o texto literário é o reflexo do mundo ideológico, social, cultural e histórico fora da obra. Porque, assim, parece não haver nenhum tipo de mediação entre o mundo ficcional e o mundo extratextual. Acredita-se que nas análises talvez seja pertinente pensar e repensar as fronteiras entre realidade e ficção. Pois, uma vez que a obra literária serve-se do “meio” para análises, corre-se o risco de perder sua peculiaridade estética.

As questões colocadas para a relação entre literatura e realidade é discussão comum quando se propõe a pensar se a literatura fala do mundo ou se a literatura fala da literatura. Para o caso específico, objeto deste artigo, o ensino da literatura, apoiado no discurso historiográfico, deve privilegiar uma abordagem do discurso literário que fala do mundo na medida em que a mesma retoma sujeitos e fatos da história, bem como as formações discursivas que perpassam na relação ficção/história.

Compreender o debate sobre ficção/literatura e realidade impõe a necessidade de inserir a reflexão em torno da *mimésis*. Segundo Compagnon, “a *mimésis*, desde a Poética de Aristóteles, é o termo mais geral e corrente sob o qual se conceberam as relações entre a literatura e a realidade” (2001, p. 97 *apud* COSTA, 2010, p. 12). De fato, a *mimésis* é palco de arena para trabalhos teóricos que procuram problematizar tal relação e a tarefa de entender e repensar a *mimésis* passa por diferentes caminhos.

Building the way

Em seu livro *Literaterras: as bordas do texto literário*, Ruth Silviano Brandão afirma que o texto literário se torna um artefato linguístico e que a *mimésis* é compreendida como a metáfora do espelho, e que por sua vez, esse espelho estabelece relações, sejam elas simétricas, assimétricas ou inversas.

[...] tudo aquilo que cria o duplo, que supõe duas cenas, duas articulações, passagem para uma outra dimensão, que, sendo outra, entretanto, reflete a primeira, nunca se esgotando como pura repetição. Essas múltiplas imagens fazem-se no nível da fabulação, da história, ou do enredo e também no nível do próprio discurso, nem sempre levado em conta pelo leitor já fascinado pela ficção, já do outro lado do espelho, mas sem consciência de ter feito essa estranha travessia (BRANDÃO, 1995, p. 34).

Escolhido esse caminho, vale sempre a pena refletir que o ensino de literatura remete-se a esse jogo duplo, pois sua relação com o fato histórico o coloca em outra dimensão. Qual seja? Não aquela que se constituiria no sentido de repetir o discurso historiográfico, mas sim a de buscar uma nova formulação, que no caso não foi apenas discursiva, como também foi dentro da perspectiva do gênero.

Nesse raciocínio, é preciso considerar que todo escritor, consciente ou inconscientemente, tem o seu gênero e o seu estilo, a sua forma de registro. Mas antes disso, é preciso lembrar que a ideia de gênero é usada, desde a Antiguidade Clássica, pelos filósofos gregos como designação, na literatura, das manifestações textuais. Desde então, essas manifestações textuais vêm sendo estudadas a partir da clássica divisão da escrita literária em: gênero lírico, gênero épico e gênero dramático.

Nessa linha de pensamento, é preciso também desmistificar o raciocínio que toma a obra literária como pura inspiração de um autor iluminado, que cria sua ficção a partir do zero. Quando Bakhtin realiza seus estudos sobre a obra de Dostoievski, esse teórico constrói a ideia de que é preciso pensar o texto literário antes de tudo como um mosaico de textos, ecos e transformações de outras vozes narrativas, que vão produzir um espaço discursivo tensional às vezes fragmentário e problematizador. (BRANDÃO, 1995, p. 35)

O texto literário é, então, o lugar de confluência de reflexos, complexo de espelhos que refletem outros espelhos. E, no que concerne a esta análise, esses outros espelhos são os intertextos evidenciados no diálogo com o fato histórico que as obras literárias estabelecem com toda a transfiguração discursiva.

A ideia dessa transfiguração discursiva obriga a trazer para o debate as reflexões de Gérard Genette quando esse teórico pensa em algo que denomina de transtextualidade, a

Building the way

qual consiste nessa inter-relação textual que une um texto a outro, ou um hipotexto a um hipertexto. Segundo Genette, a hipertextualidade ou a relação de derivação que existe entre as obras literárias ou entre os discursos é “evidentemente um aspecto universal da literalidade: não existe obra literária que, num certo grau e de acordo com a leitura, não evoque alguma outra e, nesse sentido, todas as obras são hipertextuais” (GENETTE, 1982, p. 16 apud BRANDÃO, 1995, p. 35).

O termo arquitextualidade como uma das formas de transtextualidade é também usado por Genette (1982 apud BRANDÃO, 1995, p. 35-36), pois esse teórico faz a relação do texto com um conjunto de categorias que envolvem gênero e formas de enunciação. Assim, entende-se que o termo arquitextualidade, considerado de forma restrita pelo autor, tem como característica evocar um ponto de vista que “é o processo que torna possível perceber o texto literário sempre em relação com os outros, em camadas arcaicas, complexas e, no entanto, sempre relativas a um mesmo solo, a um mesmo terreno de criações que se vão sedimentando e transformando” (BRANDÃO, 1995, p. 36).

Entende-se então, que esse processo torna-se a explicação da metáfora do jogo de espelhos para o conceito de *mimésis*, que, absolutamente, não é pura reduplicação, mas se torna um maquinismo, no qual fragmentos textuais remetem a outros textos, outras vozes. Segundo Brandão (1995), esse diálogo permanente e fecundo não propicia um imobilismo literário. Muito pelo contrário, isso se constituirá num constante processo dialético em que novas formações discursivas serão produzidas, e um já dito vai ser problematizado, transgredido, (re)enunciado dentro de diferentes contextos.

De acordo com Genette (1972 apud BRANDÃO, 1995, p. 37), esse processo supõe a constituição de um modelo do texto a ser 'imitado', que vai funcionar como *mediação* para a nova construção textual. E, segundo Brandão (1995), essa mediação estará sempre presente, de forma consciente ou não, na sua feitura, pois a obra literária, então, é impensável fora de um sistema ao qual ela se ajusta ou que ela transgride.

Dentro desse quadro, defende-se aqui que o processo de ensino de literatura deve ser compreendido numa perspectiva dialógica. E, nesse sentido, é preciso inserir Bakhtin nesse debate. Bakhtin defende a ideia de que existe uma grande diferença entre o discurso literário e outras formas discursivas que também supõem a polêmica interior ou o confronto de vozes. Ao analisar a obra bakhtiniana, Brandão afirma que no texto literário, “o dialogismo

Building the way

é inerente, interno, presente em todas as dimensões, criado propositalmente com os recursos do próprio discurso” (1995, p. 38).

O autor literário é aquele que, no plano ficcional, cria uma segunda voz, que encena a primeira, atuando sobre o próprio discurso, sua matéria-prima, reelaborada com elementos também discursivos. Nesse sentido, o autor é um dramaturgo que distribui ao discurso outras vozes. Ainda segundo as análises de Brandão em torno do debate proposto por Bakhtin, todo romance é, em graus variáveis, um sistema dialógico de imagens de línguas, de estilos, de consciências concretas e inseparáveis da linguagem. A linguagem aí não apenas representa: ela serve também de objeto de representação (BRANDÃO, 1995, p. 38).

Sendo assim, a proposta de metodologias eficazes para a abordagem de textos literários na escola perpassa e deve ser entendida como um lugar onde se encenam as ilusões, a ficção, usando, como no teatro, todo um maquinismo de verossimilhança que faz a ficção parecer real. É evidente que o escritor vai se deslocando, delegando sua voz a personagens donos de um discurso ora digno de confiança ora não. Afinal, nesse jogo, o lugar autor/narrador é sempre móvel na medida em que ele representa a linguagem, tornando a sua enunciação sempre dupla.

Brandão entende que o limiar do espaço ficcional opera-se através de ritos de passagem que supõem travestimento e mesmo fingimento, num processo de ilusionismo que vai criar a primeira dimensão da ambiguidade, realidade e ficção, pois “essa entidade flutuante pode movimentar-se nos vários planos da narrativa, fazendo ecoar essas vozes ficcionais ou vozes nem sempre reconhecidas como tais” (BRANDÃO, 1995, p. 39).

O conceito de *mimésis*, entendida como jogo do espelho, não será nunca pensado como reduplicação. Será sim, sempre compreendido como um jogo complexo de reflexões que possibilitará a relação professor, aluno e obra literária, as possibilidades de significações e reflexões críticas acerca do tempo e fato. Enfim, o discurso ficcional apresenta uma multiplicidade temporal que a literatura descontextualizada da história não é capaz. Nesse sentido, certamente aí, resida a importância das aulas de literatura: ela possibilita ao leitor refletir acerca de outras possibilidades, de novas significações, que muitas vezes escapam ao olhar de quem não foi acostumado a transcender o quadro da língua e navegar pelas transfigurações do discurso.

Referências

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. A hora da estrela: História e Literatura, uma questão de gênero? In: _____. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

_____. *História: a arte de inventar o passado*. In: _____. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

BAKHTIN, Mikhail. O autor e a personagem na atividade estética. In: _____. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo. Martins Fontes, 2003.

_____. *O discurso no romance*. Trad. Aurora F. Bernardini et. al. In: _____. *Questões de literatura e estética*. São Paulo: Hucitec, 1990.

BRANDÃO, Ruth Silviano; BRANCO, Lúcia Castello. *Literaterras: as bordas do texto literário*. São Paulo: Anablume; UFMG, 1995.

CARVALHO, Maria Luiza Ferreira Labossière. *Narrativa de extração histórica: conceitos e desdobramentos*. XXV ENANPOL, 2010. p. 1 - 14. Disponível em: <http://www.pgletras.uerj.br/gthistoria/XXV_enanpoll/marialuizacarvalho.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2010.

CERTEAU, Michel de. Operação historiográfica. In: _____. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

COSTA, Fabiana Ferreira da. *A mimesis, os estudos culturais e a balada da infância perdida: a literatura em questão*. 2010. Tese (Doutorado em Teoria da Literatura) – Centro de Artes e Comunicação, da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

FERNANDES, Cleudemar Alves. *Análise do Discurso: reflexões introdutórias*. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.

GENETTE, Gerard. Verossímil e Motivação. In: BARTHES, Roland et al. *Literatura e semiologia*. Petrópolis: Vozes, 1972.

GLOSSÁRIO DE TERMOS DO DISCURSO. Rio Grande do Sul: UFRGS. Disponível em: <<http://www.discurso.ufrgs.br/glossario.html>>. Acesso em: 20 de setembro de 2011.

LIMA, Luis Costa. Persona e sujeito ficcional. In: _____. *Pensando nos trópicos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

_____. *Vida e Mimesis*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

ORLANDI, E. P. *Análise do Discurso: princípios e procedimentos*. 3. ed. Campinas: Pontes, 2001.

Building the way

_____. (Org.). *Gestos de leitura da História no discurso*. Campinas: EDUNICAMP, 1994.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Contribuição da História e da Literatura para a construção do cidadão: a abordagem da identidade nacional. In: _____; LEENHARDT, Jacques (Orgs.). *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas, SP: UNICAMP, 1998.

TROUCHE, André. *América: história e ficção*. Niterói, RJ: EDUFF, 2006.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso*. Ensaios sobre a crítica da cultura. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2001.